

# Crioulo versus português no ensino Da Guiné-Bissau: o olhar do(a)s estudantes guineenses.<sup>1</sup>

Ulilbaté Rui Lopes<sup>2</sup>

## Resumo:

Ciente dos problemas que assolam o sistema de educação da Guiné-Bissau, o presente artigo enfatiza a questão do uso da língua crioula no processo de ensino-aprendizagem através dos olhares do(a)s estudantes guineenses. Visa mostrar, através de pesquisa bibliográfica e entrevistas exploratórias que o uso de uma única língua, o português, no ensino do país tem dificultado muitos alunos e alunas no que diz respeito a compreensão dos conteúdos escolares e, principalmente, a relação destes com as suas realidades sociais. Este artigo, também, procura evidenciar que, se até a presente data não houve iniciativas governamentais no sentido de criar políticas linguísticas, valorizando a língua crioula que é falada pela maioria da população a nível do território nacional é porque o próprio Estado está se distanciando desse grosso número de falantes do crioulo, como outrora faziam os colonizadores com os colonizados. Observa-se, desta forma, uma hierarquia entre aquele(a)s que sabem falar a língua oficial do europeu, ou seja, o português, e aquele(a)s que não têm o domínio de se comunicarem nesta língua. Isto é, entre os que estão destinados a terem sucesso escolar e os que serão fracassados porque não dominam a língua que é usada na construção do conhecimento escolar.

Palavras chaves: Guiné-Bissau; Crioulo; Educação.

## INTRODUÇÃO

Passando por um processo de dominação por vários séculos e de jugo colonial por décadas, a Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental da África com superfície de 36.125 km com uma população aproximadamente de um milhão e quinhentos. É limitado ao Norte pela República de Senegal e ao Sul e Leste pela República de Guiné Conakry e banhado pelo Oceano Atlântico. Administrativamente o

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Sociologia, orientado pela prof.<sup>a</sup> Maria Alda de Sousa Alves. (UNILAB)

<sup>2</sup> Bacharel em Humanidades, graduando do curso de Licenciatura em Sociologia (UNILAB)

Email- batelopes@hotmail.com

país está dividido em 8 regiões a saber: Bafatá, Bolama Bijagós, Biombo, Cacheu, Gabu, Quinara, Oio e Tombali, e estes por secções. Em cada uma dessas regiões há predominância de uma etnia com sua língua o que faz com que o país seja rico em termos da diversidade cultural, lhe conferindo o título de país multilíngue

O presente artigo tem como propósito investigar a língua crioula da Guiné-Bissau. Busca compreender, através dos trabalhos produzidos sobre o tema e de entrevistas exploratórias com estudantes guineenses, o papel do crioulo no processo de ensino-aprendizagem a fim de mostrar que há tendências políticas ligadas aos discursos que alegam a sua implementação no ensino do país. O trabalho visa também argumentar que o crioulo e o português podem ser inseridos de forma conjunta como línguas de ensino.

Os estudos sobre a língua crioula, após a independência em 1973, vêm sendo construídos em diversas áreas da ciência, principalmente na área da linguística. Namone e Timbane (2017) salientam que há duas condicionalidades que impediram o crioulo de ser a língua de ensino após a independência de Guiné-Bissau: a primeira diz respeito ao fato de o português ser tomado, na altura, como língua de relação internacional, mas não houve nenhuma reflexão profunda sobre a escolha desta língua no sentido de que ela pode estar carregada da cultura portuguesa - a língua exerce certo poder e ideologia sobre quem a expressa. Influenciado por esta afirmação Amilcar Cabral (apud Gadotti e Romão, 2012) nos diz que "o português é uma das melhores coisas que os tucas<sup>3</sup> nos deixaram", segundo os autores supracitados, este pensamento ainda persiste até hoje no imaginário da elite política e dos intelectuais nacionais e estrangeiros.

A segunda condicionalidade refere-se a falta de uma língua que pudesse substituir o português no ensino, uma vez que o crioulo e as línguas étnicas não têm códigos gráficos para serem adotadas como línguas de ensino e, por outro lado, alega-se que o país se deparava com a falta de recursos humanos qualificados e especialistas em linguística para desenvolver pesquisas e trabalhos que possibilitassem a adoção do crioulo como língua de ensino na Guiné-Bissau.

Por outro lado, Filomena (2008), defende que o crioulo pode ser implementado como a língua oficial do país e de ensino, uma vez que é falado pela maioria da população. Intumbo (2007) salienta que não existe uma língua no mundo que não possua

---

<sup>3</sup> Os portugueses

gramática, isto é, a gramática está na fala. A análise do presente artigo focará, justamente, nas ideias defendidas por estes autores com vistas a compreender o motivo pelo qual alguns discursos defendem a impossibilidade de inserir o crioulo no ensino da Guiné-Bissau. Nessa perspectiva, este trabalho procura entender o papel que a língua crioula desempenha no processo de ensino-aprendizagem na Guiné Bissau.

Apesar de ser a língua mais falada em nível de todo o território e ser a língua franca ou de unidade nacional, o crioulo tem enfrentado, ao longo dos anos, sérias dificuldades no que diz respeito a sua aceitação como a língua de ensino, mas, de certa forma, ele é usado nos lugares onde é permitida apenas a língua oficial – o português. Essas dificuldades que não se restringem apenas a falta de gramática como já foi apontado acima, mas, principalmente, no que diz respeito à tomada de decisão sobre as políticas educacionais, ou em outras palavras, há certa ideologia por detrás dos discursos que defendem a permanência de português como uma única língua oficial e de ensino (Augel, 1997).

Faz-se necessário o ensino bilíngue na Guiné-Bissau a fim de contribuir na melhoria da condição de formação da pessoa humana. Embalo (2008), Cá (2015), Augel (2006), entre outros, apontam que o português como a única língua de ensino, é visto como um dos principais fatores que levaram o processo de alfabetização/ensino-aprendizagem ao fracasso. Diante disso, este artigo procurará mostrar que o crioulo, apesar de não ser visto como “salvação” do sistema de ensino da Guiné-Bissau pode contribuir para resolver o problema que assola a formação das crianças na fase inicial.

### **1. Uma síntese sobre sistema de educação de Guiné Bissau**

O sistema de educação da Guiné-Bissau vem enfrentando vários problemas desde o momento em que país se autoproclamou independente de Portugal em 1973. O PAIGC<sup>4</sup>, após a independência, que era o partido no poder, desenvolveu campanha de reformas no setor da educação com o objetivo de recriar um sistema de educação com base na realidade do país, ou seja, fazia-se necessário readaptar o sistema herdado do colonizador com a realidade social dos alunos. Entre outros objetivos, a expansão da rede escolar para zonas rurais era um dos pontos centrais na medida que visava a inclusão da maioria da população que foi excluída do sistema de educação do colonizador. Durante a colonização somente um número reduzido de guineenses

---

<sup>4</sup> Partido Africano para Independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde

conseguiram estudar nas escolas do colonizador para desempenhar o papel de “assimilados”, isto é, os intermediários entre o colonizador e os colonizados. (LOPES e LOPES, 2014)

Segundo Lourenço Ocuni Cá (2011), os colonizadores nunca permitiram que os africanos tivessem uma educação escolar num nível muito elevado porque tinham medo de pôr em causa o processo de colonização. Por isso, era um número reduzido de africanos que passavam pela educação colonial e, estes constituíam a pequena elite africana que tinha como papel apoiar a hegemonia portuguesa e ser o intermediário entre colonizadores e colonizados. Ou seja, era necessário inculcar um pouco da cultura europeia nos africanos com vista a impor uma ordem social que facilitasse a exploração econômica. No entanto, temiam que os africanos assimilassem as culturas europeias e as suas técnicas ao ponto desmascarar a dominação em que estavam submetidos.

Após a independência, a preocupação centrava-se em garantir o direito a educação para todos, portanto, houve um investimento do governo no sentido de fazer chegar à todo território nacional a rede escolar, mas segundo Lopes e Lopes (2014) e o Relatório do Ministério de Educação Nacional, da Cultura, da Juventude e dos Desportos (2013), com este investimento registrou-se progressos alcançados pelo sistema educativo guineenses em termos quantitativos no que diz respeito a evolução do universo estudantil, taxa de matriculas, da probabilidade de ingresso na escola, taxa de conclusão dos ciclos de ensino e da expansão da rede escolar, da taxa de acesso escolar, da taxa de repetentes, mas em termos qualitativas não houve melhoria na qualidade de ensino. Somado a estes problemas, Lopes e Lopes (2014), salienta que,

A maioria das infraestruturas escolares existentes encontra-se localizada na capital, isto é, em Bissau. Este facto cria dificuldades a todas as crianças que vivem fora da capital, uma vez que requer uma maior predisposição e investimento financeiro na educação por parte das famílias na garantia da frequência escolar dos seus filhos ou educandos. Os filhos cujos pais ou encarregados de educação possuem possibilidades económicas e financeiras é quase certo que em nada são afetados por esta situação, mas para aqueles cujos pais não têm meios económicos e financeiros para financiar os seus estudos é certa a exclusão da possibilidade de um dia virem a estudar e obter uma formação académica ou profissional. (LOPES E LOPES, 2014, p.19)

Com a guerra civil, de 7 de junho de 1998, a situação se agravou ainda mais, as escolas foram destruídas e, a partir deste momento até a data presente o país vive numa constante crise política marcada por derrubes de governos, o que impacta de forma negativa o sistema de educação do país. Ou seja, quando um governo é formado após a eleição legislativa, inicia-se um novo processo no qual se diz respeito ao cumprimento dos programas por este apresentado no período de campanha eleitoral. Mas no caso guineense, por causa da crise acima citada, nenhum governo conseguiu terminar o seu mandato previsto por quatro anos (de 1994 a 2018).

Portanto, mesmo que um governo tenha programas que visam minimizar os problemas que assolam o sistema de educação guineense durante seus quatro anos de mandato não consegue pôr em prática porque, como já frisei, o país vive numa constante crise política. Diante destes fatos, os problemas vão se somando até chegar um nível onde os governos que serão eleitos futuramente terão muito que fazer para resolver esses problemas de ordem política, social, cultural, econômica, geográfica, etc.

Segundo o relatório do Ministério da Educação (2013), desde 1997 até 2013 mais de 40% da receita do Estado é fornecida pelos parceiros internacionais<sup>5</sup> o que deixa o país numa grande dependência da ajuda externa. De acordo com o mesmo relatório, a Guiné-Bissau é o país que menos investe na área de educação se comparado com outros 15 países africanos com níveis semelhantes de riqueza, apenas 11% da despesa do Estado são destinadas para educação. Como o Estado não consegue financiar todas as despesas, as famílias contribuem muito para o financiamento da educação dos seus filhos, principalmente, no pré-escolar, secundário e o Estado financia o Ensino Básico.

Como o Estado é quase ausente, as famílias desempenham o papel do Estado em matéria da formação dos seus filhos, aquelas que possuem meios econômicos conseguem custear a escolarização dos filhos nas escolas privadas, que têm uma certa vantagem em relação às escolas públicas da Guiné-Bissau. Para as famílias que não têm condição de pagar a formação dos seus filhos veem estes abandonando a escola ou a ficar em casa esperando a greve dos professores da escola pública terminar para voltar à escola.

---

<sup>5</sup> UNESCO, UNICEF e Banco Mundial.

Um outro problema que assola o sistema de educação guineense está relacionado a questão de gênero no que diz respeito a oportunidade escolar entre meninas e rapazes. A diferença varia também entre meninos e meninas das zonas urbanas e meninos e meninas das zonas rurais como mostra o relatório do Ministério da Educação de Guiné.

Se por um lado entram quase tantas raparigas quanto rapazes na escola na Guiné-Bissau, por outro lado, elas têm quase duas vezes menos chances que os rapazes de chegar à 6ª classe nas zonas rurais, contra 1,4 nas zonas urbanas. É de sublinhar que, se se observa um crescimento contínuo das desigualdades entre as raparigas e os rapazes das zonas urbanas ao longo da escolaridade, esta constatação não é válida para os jovens das zonas rurais, uma vez que a relação de probabilidades de acesso rapazes/raparigas estagna ou baixa ligeiramente a partir da 6ª classe. Os jovens dos meios rurais têm muito poucas chances de completar o Ensino Básico e de aceder ao Ensino Secundário. Pode, assim, pensar-se que aqueles que conseguem, e nomeadamente as raparigas, possuem características especiais que fazem com que não abandonem a escola em maior número que os rapazes. (MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO NACIONAL, CULTURA, JUVENTUDE E DOS DESPORTOS, 2014, pp. 22 – 23)

Além da desigualdade em termos da cobertura, o sistema de educação enfrenta, há muito tempo, a questão da desigualdade em termos de gênero, motivo pelo qual os meninos ingressam mais na UNILAB em relação às meninas. A maioria delas não consegue concluir outras etapas antes de entrar no ensino superior, mas a maioria da população guineense são as mulheres. Poderíamos deter ou dispensar mais tempo à essa questão, mas vale lembrar que o foco do presente artigo é buscar compreender o motivo pelo qual o crioulo não é oficializado até a data presente como língua de ensino e aprendizagem na Guiné-Bissau.

Ao voltar a questão que nos interessa neste trabalho, sem, no entanto, desmerecer a preocupação com outros problemas que assolam o sistema de educação da Guiné-Bissau, vale salientar que, durante minhas leituras, em nenhum documento oficial do Estado ou Governo, como por exemplo, a Lei de Base do Sistema Educativo de Guiné Bissau (2011) vi o crioulo sendo mencionado como um dos problemas que devem ser solucionados ou que afeta de forma negativa o sistema de educação do país.

Diante disso, resta fazer os seguintes questionamentos: as dificuldades de aprender, compreender, ler e interpretar os conteúdos em português pelo(a)s aluno(a)s não seria uma questão a ser considerada nos sistemas de ensino de Guiné-Bissau? A

não oficialização do crioulo tem mais a ver com a falta de gramática ou ausência de políticas educativas de valorização da língua no país?

## **1.2 Crioulo da Guiné-Bissau: sua origem e seu papel social**

No período da colonização e na tentativa de comunicação com os nativos que pertenciam a várias etnias surgiu o crioulo que permitia a comunicação entre colonizador e o colonizado. Segundo Augel (2006) não há consenso entre os autores no que diz respeito ao lugar onde surgiu o crioulo. Alguns afirmam que o crioulo teve sua origem em Portugal com os escravizados que foram levados para lá, por outro lado, há aqueles que advogam que ele surgiu em Cabo Verde; e por último, autores guineenses apontam para sua origem na Guiné-Bissau quando da chegada dos portugueses na tentativa de estabelecer comunicação com os nativos.

Esta língua, como vimos em vários estudos sobre a colonização portuguesa na Guiné-Bissau, era estigmatizada e as pessoas que a falavam eram tidas como os não civilizados, que deveriam deixar de falar essa língua ou outras línguas maternas para falarem o português. Esta forma de silenciar a língua dos nativos não era apenas a política colonial de um único país, mas sim de todos que tinham um território sob seu domínio na África. Esta estratégia teve como objetivo minimizar, de modo geral, a cultura dos dominados através da imposição da língua e cultura (que são indissociáveis) do colonizador sobre os colonizados. No caso específico de Portugal, foi criada a política de assimilação que servia como ritual de passagem de condição de “não civilizado” para uma condição considerada “civilizada”, e uma das exigências para alcançar essa condição era que o nativo soubesse falar bem o português e aprender um pouco da cultura dos “civilizados”, entre outras coisas.

Segundo Ocuni Cá (2000) apesar dessas imposições, os nativos conseguiram resguardar suas línguas através da música, contos, etc. No processo da mobilização da luta de libertação nacional o crioulo desempenhou um papel importante na medida em que conseguiu permitir que os nativos que viviam na capital (os comandantes que foram enviados para linha de frente) se comunicassem com as populações que viviam nas zonas urbanas e entre guineenses e cabo-verdianos. Foi a partir deste contexto que o crioulo foi atribuído o título da língua da unidade nacional na medida em que permitiu aos cidadãos de diferentes etnias se comunicarem sem haver a necessidade de cada um falar a sua língua étnica, ou seja, entre todas as línguas étnicas existentes na Guiné-

Bissau, o crioulo é a única língua que possui esta “legitimidade entre todas”. Nessa mesma perspectiva, Intumbo Incanha (2007) ao analisar os tipos de didglossia<sup>6</sup> afirma que o crioulo é a língua mais formal e com mais prestígio em relação as línguas maternas.

Filomena (2008) defende que a alfabetização e o letramento ou ensino-aprendizagem deve priorizar a língua materna do aluno para melhor compreensão do conteúdo. A alfabetização na língua materna do educando e do professor permite que este conheça a realidade do primeiro e isso facilita o processo de ensino-aprendizagem e o professor se sente mais à vontade uma vez que ele tem várias possibilidades de relacionar o conteúdo com o “mundo” do aluno (a realidade social do educando) e este consegue relacionar o que está aprendendo na vida prática. Quando a língua de alfabetização não faz parte do contexto social do educando o processo de ensino-aprendizagem pode se tornar num autêntico fracasso.

Sendo assim, Paulo Freire (1978) aponta que quem faz a leitura do texto sem uma compreensão crítica, sem o conhecimento do contexto social a que o texto se refere corre o risco de ser um mero repetidor do que está escrito no texto, ou seja, quando o educando não é ensinado a refletir de forma crítica sobre o que está lendo, sabendo relacionar o que leu com a realidade social, ele ou ela se torna neutro ou neutra do que está sendo discutido, uma vez que não consegue associar a discussão com algo que ele ou ela vivenciou na sua sociedade.

O que Filomena e Paulo Freire estão tentando mostrar acima são perigos que a alfabetização numa língua não materna pode causar na formação dos alunos porque limita suas capacidades de raciocínio, uma vez que não dominam a língua do ensino como dominam as suas línguas maternas. E isso pode influenciar de forma negativa no desempenho escolar. Atualmente, nas escolas do país o processo de ensino-aprendizagem se dá por meio de uma única língua, o português. Também é proibido o uso do crioulo dentro do recinto escolar, mas os alunos falam em crioulo quando estão a sós. Não é novidade encontrar os professores e professoras falando crioulo na sala de aula para facilitar a compreensão dos alunos e alunas sobre determinado assunto a ser abordado na aula.

---

<sup>6</sup> Forma de bilinguismo num indivíduo ou numa comunidade, em que as duas línguas se utilizam com objetivos ou em contextos diferentes.



Cá (2015) através da experiência pessoal, deu exemplo de como o crioulo auxiliava o português no momento de alfabetizar os alunos e alunas. “Para fazer com que eles/as entendam melhor o que o professor ou a professora queria dizer sobre certo assunto, às vezes, fazia-se necessário o uso do crioulo”. Portanto, podemos perceber, a partir desta exemplificação que só com o português o processo de ensino-aprendizagem corre o risco de ir a ruína e ao mesmo tempo esse "depoimento" serve de alerta para a quem é de direito na área da educação ou os responsáveis pela política educacional do país.

Alfabetizar as crianças numa única língua (o português) num país onde a diversidade linguística é muito grande, na medida em que ele é composto por diversas etnias e cada uma delas possui uma língua, pode causar no processo de alfabetização sérios problemas, uma vez que esta língua não faz parte do convívio social da maioria das crianças. Portanto, aconselha-se que, segundo Johannes Augel,

Ensinar e aprender na língua materna tem grande relevância social e cultural. O crioulo, para isso, é a única língua viável. Existem, em nível de pesquisa e de experiências, tentativas de ensinar em balanta, mandinga, fula e outras línguas autóctones. A heterogeneidade do país, porém, é tão grande que quase não existem tabancas (aldeias) etnicamente homogêneas, o que dificulta o ensino e toma o crioulo a única língua viável (AUGEL, 1997, p. 254).

Desde o período colonial até a presente data o crioulo vem ganhando privilégios em relação as línguas étnicas existentes no país, isso se deve ao fato de o crioulo ser uma língua falada por todas etnias, pela maioria de população. Isto é, o crioulo é a língua que permite pessoas de diferentes etnias se comunicarem sem haver a necessidade de recorrer, por exemplo, a um tradutor para fazer com que se entendam. Por outro lado, o processo de migração de população de zonas rurais para zonas urbanas a procura de formação, emprego, entre outros fenômenos que fazem com que uma pessoa mude de um lugar para outro têm contribuído para o crescimento do número de falantes de crioulo, principalmente, na capital. No encontro das pessoas de diferentes etnias a necessidade de se comunicarem faz as línguas étnicas “sumirem” e o crioulo ganha certo prestígio e figura como a língua de comunicação inter étnica do mundo social dessas pessoas. Por este motivo, Paulo Freire (1978), Augel (1997), Cá (2015) entre outros apontam que o crioulo, entre várias línguas étnicas que compõem a diversidade linguística da Guiné-Bissau, é a língua mais viável para ser introduzido no ensino do país.

Segundo Filomena Embalo (2008) o português como a língua oficial é falada por um número bastante reduzido dos guineenses, e as pessoas que falam português ou as que a têm como primeira língua se encontram na capital, mas para a maioria da população o português é tido como a segunda, terceira e até quarta língua apesar de ser a língua de ensino e de comunicação nos fóruns internacionais. Por outro lado, como aponta a mesma autora, “a língua franca é o crioulo guineense”. É através dele que os diferentes grupos étnicos se comunicam, e isso é o que lhe conferiu o estatuto de língua da unidade nacional, ou simplesmente de língua nacional. Acrescenta ainda que, o crioulo é a língua mais falada pelos guineenses constituindo, deste modo, 15% de população que o têm como primeira língua e 44,3% como segunda língua. Apesar de não ser conferido o estatuto da língua oficial do país, o crioulo da Guiné-Bissau, como língua do cotidiano dos guineenses, é utilizado nas instituições públicas, nos discursos oficiais e também nos debates da Assembleia Nacional. Já na escola o crioulo é usado como um recurso para auxiliar o professor ou a professora a fim fazer com que os alunos e alunas compreendam melhor o que está sendo dito. Na sessão seguinte analisar-se-á as literaturas que se debruçaram sobre a questão do ensino-aprendizagem com foco na educação baseada na língua do aluno, isto é, na língua que o aluno ou aluna mais domina, com vistas a fundamentar a discussão que intento trazer à tona.

## **2. O ensino na língua do educando**

Durkheim (2011), afirma que, a educação é o processo pelo qual a geração adulta exerce uma ação sobre a geração mais nova com o intuito de integrá-la na vida social. Para isso, ela procura suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais, e morais que a sociedade exige dela. Considerando a época histórica, a sociedade, o modelo de educação e o lugar social ela destina-se à preparação das crianças a fim de conhecerem os valores morais que regem a sociedade onde estão inseridas, assim como a importância desses valores na manutenção da ordem social. Brandão (2007), salienta que este processo nem sempre se dá de forma igualitária na medida em que algumas crianças são preparadas para serem líderes que, no futuro, poderão ser chefes do Estado, enquanto outras receberão a formação para desempenhar certos ofícios considerados menos prestigiados dentro da sociedade, dependendo da

ideologia dominante da mesma. Rodrigues (2007) ao analisar o conceito da educação em Weber, afirma que:

A educação sistemática, analisa ele, passou a ser um “pacote” de conteúdos e de disposições voltados para o treinamento de indivíduos que tivessem de fato condições de operar essas novas funções, de “pilotar” o Estado, as empresas e a própria política, de um modo “racional.” Ela passa a ser, na medida em que a sociedade se racionaliza, historicamente, um fator de estratificação social, um meio de distinção, de obtenção de honras, de prebendas, de poder e de dinheiro. (RODRIGUES, 2007,p. 64)

O exercício da ação educativa se dá também sob forma de imposição da ideologia, cultura e religião de um grupo de pessoas que dominam a esfera política e econômica num determinado território ou quando um país invade outro país e obriga este a deixar de usar sua língua, sua religião e em geral, sua cultura a fim de impor aos dominados sua língua, sua religião e sua cultura como tem acontecido durante a colonização europeia na África e em outros continentes. Essa imposição de ideologia de dominador sobre o dominado é o que Bourdieu (1989) chama de poder simbólico, isto é, um poder que é exercido sem uso da força física, mas que pode obter o mesmo resultado. Salienta o autor que esse poder só se exerce se for reconhecido pelos agentes, ou seja, quando é ignorado como arbitrário.

Antes da invasão europeia havia sistemas de educação no continente, mas segundo Habte et al. (2010)

Em 1935, o modelo educacional ocidental marginalizara todos os sistemas pré-coloniais de educação. Este modelo privilegiava o conhecimento dos idiomas europeus, comparativamente ao árabe ou línguas africanas, transformando-se em um dos fatores determinantes para a formação das classes sociais, tendendo a separar a elite, instruída à moda ocidental, das massas, comumente consideradas, como desdém, "analfabetos" ou "iletrados"(...) para os regimes coloniais, a educação ocidental tornara-se uma arma poderosa de aculturação; ela modelava a mentalidade da elite por ela formada, adestrando-a a desejar certos aspectos da cultura europeia - indumentária, culinária, leis, formas de governo e bens de importação.(...) era fundamental subtrair a elite instruída do modelo comunitário das sociedades africanas tradicionais, para propor-lhe um novo modelo, baseado no individualismo, no núcleo familiar, na propriedade privada e na acumulação de bens. Esta elite instruída começava a conhecer mais superficialmente e não mais atribuir valor algum à história da África, às suas ideias religiosas, aos seus costumes indumentários, à sua arte, à sua música, aos seus modo de vida em

geral, muito distante dos grandes centros urbanos, porém, sempre predominante nas regiões rurais. (HABTE et al. 2010, p. 818 – 819)

O sistema colonial tinha como objetivo o desmantelamento de modo de vida dos colonizados, portanto, a proibição do uso das línguas, da manifestação cultural ou religiosa destes povos. Para concretizar esse desejo era necessário fazer com que os colonizados acreditassem que as suas línguas, cultura, religião eram inferiores em relação a cultura do colonizador, as vezes chegando a reduzir a língua, no caso da Guiné-Bissau, em dialetos. É importante lembrar que a educação colonial foi fundamental nesse processo uma vez que foi através dela que as línguas europeias conseguiram ter domínio sobre as línguas africanas. Ainda hoje, as línguas deixadas pelos colonizadores no continente africano têm o estatuto de línguas oficiais em diferentes países em relação as línguas predominantes em termos de número de falantes, por exemplo, o português na Guiné-Bissau em relação ao crioulo.

Segundo Abdula et al. (2017), quando o colonialismo português proibiu o uso das línguas africanas, não o fez para “civilizar” os africanos, mas sim para reprimir, evitar e retardar o aparecimento e, principalmente, o crescimento da consciência nacional. Também, o colonialismo mental visava impedir os africanos de obter instruções maternas, degradação cultural e o esquecimento das suas tradições. Lopes (2014, apud Abdula, 2017) salienta que, “o povo moçambicano não se sentirá completamente reabilitado enquanto não recuperar a sua dignidade e o povo identificável com suas origens linguísticas e culturais próprias.” (LOPES, 2014, p. 231 apud ABDULA et al. 2017, p. 33),

Por outro lado, os mesmos autores, afirmam que o português ganhou o prestígio em relação as línguas africanas porque havia uma política e planejamento linguístico imposto pelo sistema colonial. Diante desta política, o colonialismo português conseguiu criar, assim, um tipo de africano novo, distribalizado, que não sabe falar sua língua local, impelido para as estruturas organizacionais europeias. (ABDULA et al. 2017)

Na mesma linha de raciocínio, Gadotti e Romão (2012, p. 60), mostram que, o sistema educativo herdado do colonizador formava uma pequena elite, não apenas com

mentalidade individualista, mas também mal preparado, do ponto de vista técnico e profissional, para lidar com problemas e as necessidades reais do país. Portanto, era necessário pensar num novo sistema que vai impulsionar o estudo ligado ao trabalho produtivo, à participação política e gestão democrática na escola.

Após a independência houve campanha do governo no sentido de fazer chegar a educação escolar a nível de todo território da Guiné-Bissau, isto é, uma reforma do sistema educativo herdado do colonizador. Para realizar esta tarefa foi preciso pedir ajuda a parceiros internacionais no que diz respeito ao apoio técnico e financiamento, Paulo Freire (1978) e sua aquipa foram para Guiné-Bissau no quadro desta parceria como colaboradores . O objetivo era reformular o sistema de educação voltado à realidade do país, portanto, para cumprir com os objetivos do projeto da “descolonização” fazia-se necessário que os guineenses fossem alfabetizados na sua língua. Essa não era uma preocupação exclusiva da Guiné-Bissau, mas sim de todos os países que passaram pelo duro processo da colonização e que pretendiam livrar-se do modelo de educação implementado pelos colonizadores nos seus países. Portanto, Habte et al. (2010), afirmam que, nas ex-colônias,

De um modo geral, os dirigentes políticos haviam igualmente compreendido que, para fazer da educação o instrumento da descolonização mental e do desenvolvimento económico, não era suficiente expandir e consolidar o sistema herdado dos regimes coloniais, seria igualmente necessário reformá-lo e adaptá-lo as necessidades das sociedades africanas pós-coloniais. Assim sendo, a história contemporânea da educação na África articula-se em torno do tema duplamente constituído, relativo a expansão e à reforma. (HABTE et al. 2010, p. 821)

Diante disso, cabe perguntar por que os dirigentes políticos que sucederam os líderes das lutas pelas independências em África , especificamente na Guiné-Bissau, não deram continuidade ao projeto de “reafricanização e descolonização” do sistema educacional? Ou, por que até hoje não se fala da implementação do crioulo no ensino na Guiné-Bissau mesmo sabendo que o português, desde que oficializado como língua de ensino até data presente, é uma língua falada por um número ínfimo dos guineenses?

Na tentativa de coleta de dados empíricos para uma melhor problematização da questão foram realizadas quatro entrevistas exploratórias em português e em

crioulo, com estudantes guineenses, meninos e meninas, recém-ingressos na UNILAB. Respondendo essas perguntas, estudantes B e D afirmaram que,

(...) Bem sabemos que no CPLP e nos PALOP a língua oficial é o português, portanto, torna-se um pouco difícil, mas não impossível, incentivar a oficialização da nossa língua. A língua portuguesa pode ser oficial, mas o crioulo também pode ser usado nas instituições do Estado e nas escolas. Bem, não tenho uma resposta precisa, mas é uma coisa ligada à nossa história... voltando um pouco atrás até o momento da colonização você vai ver países que foram colonizados acabaram por oficializar as línguas do colonizador. Este é um dos fatores que está impossibilitando a oficialização da língua crioula. (Entrevista realizada em 05/03/2019).

Talvez papia no tene inda mente de colonização, nô tene inda Portugal suma nô grande espelho talvez. Noka tenta luta ou tenta muda kil ki di nós... portuguisis impuno ki dito falado de kuma portuguis ku nô dibdi papia pabia i língua importante. Ma nô pudi tenta oficializa kriol suma ku Cabo-Verde fasi pabia de kuma i lingua ku nota cumunica kel. <sup>7</sup> (Entrevista realizada em 06/03/2019)

Segundo Donaldo Macedo (2000), a escola dominante é usada com o objetivo de "desenraizar" os estudantes oprimidos de sua cultura, também acultura-os de acordo como o modelo colonial preestabelecido. Salienta ainda que, estas escolas funcionam como parte de um aparato ideológico do Estado que serve, justamente, para garantir a reprodução ideológica e social do capital e de suas instituições que estão inseridas na dinâmica da acumulação de capital e na reprodução da força de trabalho.

Bourdieu (1989), adverte que, a cultura dominante serve, justamente, para reforçar a integração da classe dominante, e, de forma distorcida, aparenta ajudar na integração da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização, isto é, "falsa consciência" das classes dominadas e, por fim, ajuda na legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para legitimação destas distinções.

O mesmo autor, no seu livro intitulado *O Poder Simbólico* (1989), mostra que as diferentes classes e fração delas, que compoem uma sociedade, estão envolvidas numa constante luta simbólica na medida em que a classe dominante busca impor aos

---

<sup>7</sup> Talvez por causa da nossa mente colonial, ainda temos Portugal como o nosso grande espelho. Portanto, não tentamos mudar o que é nosso (...) Os portugueses nos inculcaram na mente de que é a língua portuguesa que devemos falar porque é uma língua importante. Mas podemos oficializar o crioulo como foi feito em Cabo-Verde porque é através dele que comunicamos.

demais classes a definição do mundo social conforme aos seus interesses. Sublinha ainda que, as lutas entre as classes podem ser conduzidas diretamente, nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, ou por meio do poder de impor e inculcar instrumentos de conhecimento e de “expressão arbitrária da realidade social” (BOURDIEU, 1989, p. 11-12)

Lembro-me bem quando os professores e professoras recomendavam a leitura em casa para aula seguinte, eu chegava e pedia a minha mãe que me ensinasse a ler o capítulo indicado pelo professor ou pela professora, para não passar vergonha na sala (porque todo mundo tinha que ler), a minha mãe me ensinava repetidas vezes até memorizar o capítulo inteiro, ou seja, não entendia o sentido dos conteúdos que eu lia porque não era uma leitura crítica e por ser uma leitura na língua que eu e a minha mãe não dominávamos tornava-se mais difícil associar a leitura com a minha realidade mesmo que o conteúdo lido referisse a realidade do país. Segundo Donaldo Macedo (2000), a leitura que fazíamos na Guiné-Bissau pode ser enquadrada na abordagem utilitarista da leitura porque esta abordagem, diz ele, tem como meta:

produzir leitores que atendam aos requisitos básicos de leitura da sociedade contemporânea. A despeito de seu atrativo caráter progressista, essa abordagem enfatiza o aprendizado mecânico de habilidades de leitura, ao mesmo tempo que sacrifica a análise crítica da ordem social e política que dá origem à necessidade de leitura em primeiro lugar. (MACEDO, 2000, p. 88).

Para o autor, esse tipo de leitura serve justamente para treinar "alfabetizados funcionais" para atender os requisitos da nossa sociedade tecnológica cada vez mais complexa. Acrescenta ainda que, esta forma de ver a alfabetização não acontece somente nos países industrializados, mas também nos chamados "países do terceiro mundo" onde defendem este modelo utilitarista de alfabetização como veículo para melhoria econômica, para acesso ao trabalho e o aumento de nível de produtividade, ou seja, os programas de alfabetização devem estar vinculados a prioridades econômicas como defende a UNESCO. Em suma, esta abordagem vê a alfabetização com algo que deve atender às exigências básicas de leitura de uma sociedade industrializada. (MACEDO, 2000). Nesta Perspectiva, o estudante B adverte que:

(...) bem, desde já que sabemos que o crioulo é língua mãe não vai haver aquela dificuldade de passar mensagem de professor para aluno porque todo mundo sabe falar o crioulo. Você fala o cara entende, então

enquanto o português o professor lê e você não entende, às vezes, você lê o conteúdo no livro e não entendo o que quer dizer aquele conteúdo. Imaginemos você que nasceu numa cidade e aprendeu falar crioulo desde a sua infância e for estudar nessa língua a probabilidade de compreender com facilidade é muito maior do que na língua portuguesa. (Entrevista realizada em 05/03/2019)

A questão do ensino numa única língua, o português, na Guiné-Bissau tem causado muitos constrangimentos aos alunos. Quando eu estudava na escola, dentro de sala de aula me sentia limitado e, as vezes, calado durante a aula inteira porque era muito difícil acompanhar a explicação do professor. Praticamente não se falava o português fora do recinto escolar, tirando o momento da leitura, quando precisávamos conversar entre nós alunos, mesmo dentro de sala usávamos o crioulo. O recreio era o momento que sentíamos mais a vontade porque não havia ninguém para nos controlar nesse aspecto. Em casa eu usava o português só no momento em que me ensinavam ler porque a conversa com os meus pais era apenas em crioulo e, as vezes, falavam comigo na nossa língua étnica (mancanha). Esta minha breve história pode servir de exemplo para maioria de crianças que vivem no interior da Guiné-Bissau onde o português não conseguiu deixar raízes por causa da predominância do crioulo e das outras línguas étnicas que ali se usam.

Portanto, para “reafrikanizar” o sistema de ensino guineense, faz-se necessário o uso da língua dos alunos e alunas, como mostra a estudante A, defendendo que a língua crioula

(...) i kusa ku nô dibdi bata sinadu desde ensino primária sim, ma... pa facilidade mas n'tidimento abo pursor uta odja i ma mindjor bu usa método na língua kriol diki na língua portuguis... Na lembra odja na fasi ba 11 primeira classe, nha pursor de portuguis... um dia i bim fala pa djintis conta história, fábula assim na kriol. I tem djintis kuta kala ba na turma e kata consigo ba interagi na turma e bim kunsu participa, pursor bim fala afinal das conta abos bo djiru i pabia so de flexibilidade de língua kuta cansa ma bo tene um cenas li muito importante... Ami n'acha língua kriola i muito bom pa i implementado pabia maioria de alunos kuta tene dificuldades... ika kuma ke ki utrus nacionalidade mas nós djiru, ma i pabia de facilidade de língua... eta lei rápido e eta compreende ku facilidade pabia i língua keta pabia desde criança.<sup>8</sup> (Entrevista realizada em 28/02/2019).

---

<sup>8</sup> É a língua que devemos ser ensinados desde ensino primário... para facilitar a compreensão o professor ou a professora escolhe o crioulo ao invés do português... lembro quando estava estudando a décima primeira classe, o meu professor de português... um dia ele pediu para que os alunos contassem uma história, fábula em crioulo. Há colegas que não ficavam calados dentro de sala, não conseguiam interagir, e começaram a participar na aula, então o professor disse, por sua vez que, afinal vocês são espertos só ficam calados por causa da flexibilidade da língua, mas têm uma coisa muito importante... Eu acho muito bom que a língua crioula seja implementado no ensino porque a maioria de alunos que têm



Abdula et al. (2017), frisam que, o uso de uma língua desconhecida para alunos no espaço escolar tem criado muitos problemas, dentre os quais se pode apontar as reprovações em massa como o principal. A essa situação adiciona-se o fraco investimento por parte do governo na área da educação; a distância entre a casa dos alunos e a escola, principalmente nas áreas rurais; turmas superlotadas e fraca formação de professores; a pobreza absoluta.

Na Guiné-Bissau, como mostram Gadotti e Romão (2012), a língua portuguesa como língua do colonizador carrega(va) os valores destes, portanto, a independência política não podia ser conquistada sem a independência cultural. Foi por isso que Paulo Freire insistiu na campanha de alfabetização na língua crioula com vista a revalorizar as expressões culturais autóctones, que os colonizadores recusavam. Vai mais longe ainda afirmando que, a linguagem tem tudo a ver com o poder, por isso, é importante conhecer a língua popular a fim de captar a sua espontaneidade, a expressividade e a criatividade que esta tem, mas sem negar, também, a importância do conhecimento da língua oficial, o português. (FREIRE, 1978)

A persistência do uso de uma única língua num país onde há outra(s) língua(s) como na Guiné-Bissau tem suas vantagens para um certo grupo de pessoas como afirma Habte et al. (2010). Apesar de algumas mudanças registradas as elites africanas têm ainda algumas vantagens para as suas crianças, em virtude da educação pré-escolar no maternal e graças a um melhor domínio das línguas oficiais europeias. Estas línguas, por sua vez, constituem entrave para uma profunda reforma dos sistemas de educação herdados da época colonial. As línguas africanas, que por se só, têm vantagem de facilitar a educação social em escala local e, portanto, constituem chave para uma reforma mais profunda do sistema de ensino, são marginalizados, em contrapartida, as línguas europeias continuam a ser promovidas e apresentadas como línguas francas.

Nas escolas guineeses assim como nas instituições do Estado, as relações sociais se dá por meio de uma única língua, o português, ou seja, o uso do crioulo e demais línguas que existem no país é proibido dentro das escolas e nas instituições estatais, mas mesmo assim as pessoas falam crioulo ou outras línguas nesses lugares. Para

---

dificuldades... não porque outras nacionalidades são mais espertas, mas por causa da facilidade de língua... eles leem rápido e compreende com facilidade porque é a língua que falam desde criança.

“incentivar” as pessoas a falarem apenas o português dentro do recinto escolar, algumas escolas ou professores, mesmo que de forma inconsciente, acabaram por criar algumas regras para os alunos e alunas que não costumam falar português na escola. Entre estas regras destaca-se a punição dos alunos que falam crioulo dentro do recinto da escola, ou seja, quando estes alunos forem flagrados falando o crioulo serão punidos de acordo com a regra estabelecida pela escola ou pelo professor e, caso o aluno ou aluna não cumpram a punição, ele ou ela, deve pagar um valor em dinheiro estipulado pelos colegas ou pelo professor. Este é um comportamento herdado do sistema colonial como Abdula et al. (2017), advertem

Consequentemente o sistema colonial proibia as línguas africanas em sectores da administração pública, isto porque era obrigatório o uso da língua do colonizador. Essa política linguística colonial dividia os africanos em dois grupos: os assimilados e os não-assimilados ou indígenas (resto da população pobre, analfabeta)... a ideologia colonial cimentou no seio dos africanos a sonegação à sua própria língua, ou melhor, a sua própria identidade. A mesma ideologia continua se verificando nos dias de hoje em todo os PALOP. Em muitas escolas, ainda há professores que proibem que seus alunos falem as línguas africanas. Quando um aluno fala sua língua materna na escola ou em sala de aula, os professores punem - comportamento e atitude herdado no sistema colonial." (ABDULA et al. 2017, p. 31)

Mas, mesmo proibindo o uso do crioulo dentro do recinto escolar, alguns professores e professoras recorrem ao crioulo para reforçar a explicação quando os alunos e alunas não compreendem um conteúdo ou quando o professor (a) utiliza uma palavra difícil como mostra a estudante C, afirmando que:

Imaginou assim se contra pursor kata usa kriol pa facilita na explicason de conteudos pa alunos, pabia nô sibi nô ensino ika um ensino tão elevado, principalmente na lingua portuguis. Nota odja manga de alunos ta bai até se ultimo ano de ensino secundario eta tene deficuldade na papia purtuguis nton i muito bom ku manda nta sta a favor hora ku pursor usa um expressson na purtuguis ku alunos ka ntindi pa i sclaricil na kriol.<sup>9</sup> (Entrevista realizada em 06/03/2019)

---

<sup>9</sup> Imagine se o professor não usasse o crioulo para explicar os conteúdos aos alunos... porque sabemos que nosso ensino não é muito elevado, principalmente na língua portuguesa. Os alunos terminam o ensino médio e continuam com dificuldade de falar o português, então estou a favor do uso de crioulo que os professores fazem para esclarecer o que não foi entendido pelos alunos.

## Considerações finais

Este trabalho de caráter exploratório será útil para futuras pesquisas na área de educação, assim como para a discussão sobre a língua a ser adotada num contexto onde existe várias línguas com o propósito de facilitar a compreensão do que está sendo ensinado dentro da escola, e como este pode ser relacionado com realidade social das pessoas que estão envolvidas no processo de construção dos saberes. Portanto, considera-se que este artigo é uma reflexão inicial, mas que pretende aprofundar as discussões sobre a temática. Portanto está aberto à crítica e a sugestão dos leitores.

Falar sobre a oficialização do crioulo na Guiné-Bissau causa certo estranhamento para algumas pessoas uma vez que é visto como uma língua que não tem gramática e pouco conhecida internacionalmente, mas pouco se fala dos esforços de alguns acadêmicos que estão mostrando qual é o valor que esta língua tem e pode desempenhar no ensino da Guiné-Bissau caso fosse oficializado pelo Estado – este que, segundo esses acadêmicos, não demonstra nenhuma vontade ou interesse no que diz respeito a oficialização de uma língua da unidade nacional, o crioulo.

Não podemos negar o papel que outras línguas étnicas e o português desempenham no seio da sociedade guineense, mas não há pior coisa que podemos fazer ou continuar fazendo como negar a língua que uniu, no momento da luta pela independência, e ainda une cidadãos e cidadãs guineenses de diferentes etnias, religiões, regiões, cidades, etc. Este desprezo do crioulo por parte do Estado guineense tem impactado de forma negativa o sistema de educação do país no que diz respeito a evasão escolar, fraco desempenho de alunos e alunas porque não dominam o português – que a maioria só fala no recinto escolar, como dominam o crioulo.

Estou ciente de que há outros alunos e alunas, por exemplo, que aprendem as línguas étnicas antes de saberem falar o crioulo, mas, grosso modo, a maioria dos educandos sabem falar o crioulo, ou seja, usam o crioulo nas relações cotidianas, portanto, a maioria dos guineenses têm domínio ou sabem falar o crioulo em relação ao número dos que não sabem falar.

Diante do exposto, cabe ao Estado pensar seriamente na valorização e oficialização do crioulo, assim como reconhecer e valorizar os conhecimentos produzidos nesta língua. Acredito que, quando o Estado não reconhece uma língua automaticamente está recusando todos os conhecimentos, saberes, crenças, cultura e

religião que as pessoas que falam esta língua têm. Portanto, é urgente pensar na maioria da população guineense que está sendo deixada de lado, uma vez que o que expressam não tem relevância porque a língua usada por estes não é reconhecida por não ter o estatuto da língua oficial.

### **Referências bibliográficas**

ABDULA, R. A. M.; QUEBI, D. O.; TIMBANE, A. A. As políticas linguísticas nos PALOP e o desenvolvimento endógeno. RILP – **Revista Internacional em Língua Portuguesa** - nº 31 – 2017.

ALI, Arshad. GUTIÉRRES, Kris D. HENRÍQUEZ, Cecília. **Sincretismo e hibridismo: escolarização, língua, raça e estudantes de comunidades não dominantes**. In: APPLE, Michael W, BALL, Stephen (Org.). **Sociologia da educação: análise internacional**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 391 – 400

AUGEL, Johannes. *O crioulo da Guiné-Bissau*. Afro-Ásia, 19/20, 1997. Disponível em: <https://kriol.wordpress.com/estudos-sobre-kriol/> . Acesso: 10 out. 2017.

AUGEL, Moema Parente. O crioulo guineense e a oratura. SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 10, n. 19, p. 69-91, 2º sem. 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Bertrand, Rio de Janeiro, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é a educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CÁ, Lourenço Ocuni. A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471 – 1973). Ver. Online Bibl. Prof. Joel Martins, Campinas, SP, v.2, n.1, out. 2000.

\_\_\_\_\_. **Cultura escolar e os povos coloniais: a questão dos assimilados nos Países da Língua Oficial Portuguesa (PALOP)**. ETD., Campinas, v.13. n.1, p. 207-224, jul./dez. 2011.

CÁ, Virgínia José Baptista. **Língua e ensino no contexto de diversidade linguística e cultural: o caso da Guiné-Bissau**. Belo Horizonte, 2015.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Editora vozes, 2011.

EMBALÓ, Filomena. **O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e fator de identidade nacional**. PAPIA 18, França, 2008.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José Eustáquio. **Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

GUINÉ-BISSAU, Lei de Diretrizes e Base do Sistema Educativo. Lei n.º 4/2011, de 21 de maio de 2010, publicado no Boletim Oficial n.º 13, de 29 de março de 2011.

GUINÉ-BISSAU, Ministério da Educação Nacional, da Cultura, da Juventude e dos Desportos. *Relatório da Situação do Sistema Educativo*. Bissau: MEC, 2013.

HABTE, A. WAGAW, T. AJAYI, Ade J. F. **Educação e mudança social**. In. \_\_\_\_\_ (Org), **História geral da África**, VIII: África desde 1935. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília : UNESCO, 2010. p. 818 – 845

INTUMBP, Incanha. **Estudo comparativo da morfossintaxe do crioulo guineense, do balanta e do português**. Dissertação (Mestrado em Linguística Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra 2007.

LOPES, Luísa S. e Lopes. **A lei de base de sistema educativo da Guiné-Bissau: uma análise do processo de construção política**. Dissertação (Mestrado em ciência de Educação) – Departamento de Educação, Universidade de Aveiro, Aveiro 2014.

MACEDO, Donald. Alfabetização, linguagem e ideologia. *Educação & Sociedade*, ano XXI, n.º 73, Dezembro/2000. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/26357046\\_Alfabetizacao\\_linguagem\\_e\\_ideologia](https://www.researchgate.net/publication/26357046_Alfabetizacao_linguagem_e_ideologia). Acesso em: 02 de Jan. 2019.

NAMONE, Dabana. TIMBANE, Alexandre António. Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 após a independência. *Mandinga – Revista de Estudos Linguísticos*, Redenção-CE, v. 01, n. 01, p. 39 – 57, jan./jun. 2017.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.